

Possibilidades Epistemológicas das Teorias da Administração Pública: de Paradigmas a Matrizes Epistêmicas

Autoria

Patricia Araujo Silva - patricia_araujos@yahoo.com.br
Prog de Pós-Grad em Admin - PPGA/UECE - Universidade Estadual do Ceará

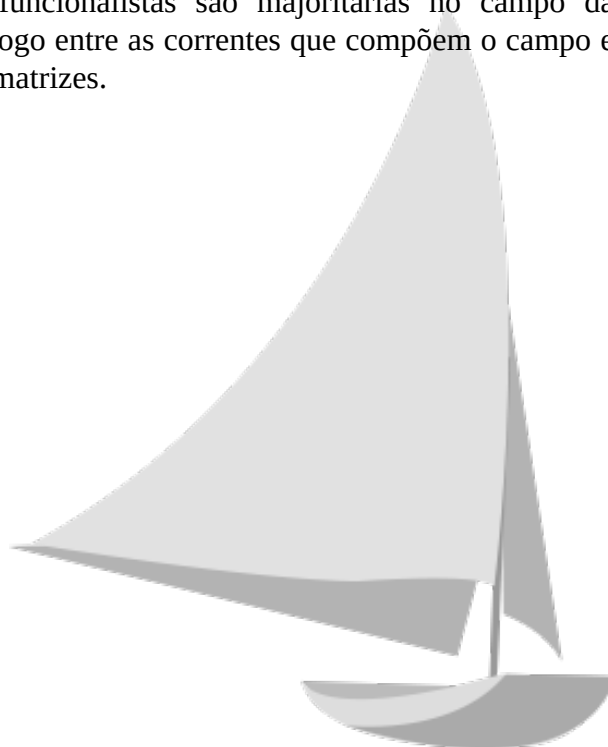
Ana Cristina Batista dos Santos - ana.batista@uece.br
Prog de Pós-Grad em Admin - PPGA/UECE - Universidade Estadual do Ceará

Priscila Araújo Silva - priscila@pradm.ufc.br
Prog de Pós-Grad em Admin - PPGA/UECE - Universidade Estadual do Ceará

Especialização em Gestão Universitária - GUNI/UFC - Universidade Federal do Ceará

Resumo

objetivo deste trabalho é contribuir com a literatura sobre Administração Pública, ao realizar um estudo epistemológico das principais correntes do campo, atualizando-as com o Círculo das Matrizes Epistêmicas proposto por Paes de Paula (2016). Para isso, parte-se (i) do ensaio realizado por Andion (2012), que realiza um estudo crítico sobre a trajetória do campo da administração pública no Brasil e as diferentes correntes teóricas que o compõem, com base no modelo de paradigmas construído por Burrell e Morgan (1979); (ii) analisam-se as principais correntes que compõem o campo da Administração Pública, denominadas Estadocêntrica; Pluralista; Nova Administração Pública e Novo Serviço Público, à luz do Círculo das Matrizes Epistêmicas proposto por Paes de Paula (2016). Como conclusão, confirma-se que abordagens sociológicas funcionalistas são majoritárias no campo da Administração Pública. Sugere-se maior diálogo entre as correntes que compõem o campo e o desenvolvimento de novas proposições de matrizes.





Possibilidades Epistemológicas das Teorias da Administração Pública: de Paradigmas a Matrizes Epistêmicas

Resumo

O objetivo deste trabalho é contribuir com a literatura sobre Administração Pública, ao realizar um estudo epistemológico das principais correntes do campo, atualizando-as com o Círculo das Matrizes Epistêmicas proposto por Paes de Paula (2016). Para isso, parte-se (i) do ensaio realizado por Andion (2012), que realiza um estudo crítico sobre a trajetória do campo da administração pública no Brasil e as diferentes correntes teóricas que o compõem, com base no modelo de paradigmas construído por Burrell e Morgan (1979); (ii) analisam-se as principais correntes que compõem o campo da Administração Pública, denominadas Estadocêntrica; Pluralista; Nova Administração Pública e Novo Serviço Público, à luz do Círculo das Matrizes Epistêmicas proposto por Paes de Paula (2016). Como conclusão, confirma-se que abordagens sociológicas funcionalistas são majoritárias no campo da Administração Pública. Sugere-se maior diálogo entre as correntes que compõem o campo e o desenvolvimento de novas proposições de matrizes.

Palavras-chave: Administração Pública. Paradigmas. Matrizes epistêmicas.

1. Introdução

A Administração Pública surgiu no contexto internacional como um campo de estudo no início do século XX, com crescente interesse de pesquisadores após a Segunda Guerra Mundial, na tentativa de elaboração de uma disciplina unificada (RAASDESCHELDERS, 1999). Apesar dos esforços de unificação, restam críticas e oportunidades metodológicas para o reforço científico deste campo de estudo.

Enquanto disciplina, a Administração Pública pode ser definida como interdisciplinar na captura de tensões entre uma orientação racional instrumental, objetivando a eficácia e a eficiência, de um lado, e uma orientação política, interessada nas questões dos valores e na promoção do interesse público, de outro. Entretanto, desde sua origem, pode-se afirmar que além de predominar uma visão de separação dessas duas orientações, privilegiou-se uma orientação racional instrumental (ANDION, 2012).

Apesar de esforços da academia para uma elaboração epistemológica da Administração Pública (ABREU; HELOU; FIALHO, 2013; ANDION, 2012; KEINERT, 1994, 2000), percebe-se a utilização predominante dos paradigmas sociológicos propostos por Burrell e Morgan (1979), com apropriações da lógica explicativa kuhniana, sendo objeto de inúmeros debates e controvérsias no campo (PAES DE PAULA, 2016).

Nesse sentido, este trabalho busca contribuir com a literatura da área ao realizar um estudo epistemológico das correntes da Administração Pública, atualizando-as com desenvolvimentos do Círculo das Matrizes Epistêmicas propostos por Paes de Paula (2016), que concatena tipos de filosofia e lógica, bem como os interesses cognitivos habermasianos. Além dessa introdução, o estudo revisa, na segunda parte, a literatura sobre Administração Pública. As considerações finais são apresentadas na terceira e última parte.

2. Fundamentação Teórica

Neste tópico, abordam-se temas relacionados à Administração Pública. Utilizou-se previamente a técnica de Análise dos Núcleos de Sentido (MENDES, 2007) para categorização da literatura, por meio da qual se analisam temas como Análise Paradigmática das Correntes da Administração Pública, seguido pelo tema Análise das Correntes da Administração Pública à Luz das Matrizes Epistêmicas.



2.1. Análise Paradigmática das Correntes da Administração Pública

Dentre as diversas possibilidades de modelos de Administração Pública sistematizados na literatura, adota-se neste trabalho a proposta de Andion (2012), que dialoga com trabalhos de Keinert (1994, 2000). A autora desenvolveu uma periodização da administração pública no Brasil, correlacionando as principais correntes - Estadocêntrica, Pluralista, Nova Administração Pública e Novo Serviço - com paradigmas epistemológicos propostos por Burrell e Morgan (1979), conforme linha temporal disposta na figura 1. O modelo proposto por Burrell e Morgan (1979) baseia-se na lógica e ideias Kuhnianas e recorre a quatro dimensões: a sociologia da mudança radical e a sociologia da regulação, que são perpassadas pela relação entre objetividade e subjetividade, resultando em um diagrama com quatro paradigmas: o funcionalismo, o interpretativismo, o estruturalismo radical e o humanismo radical.

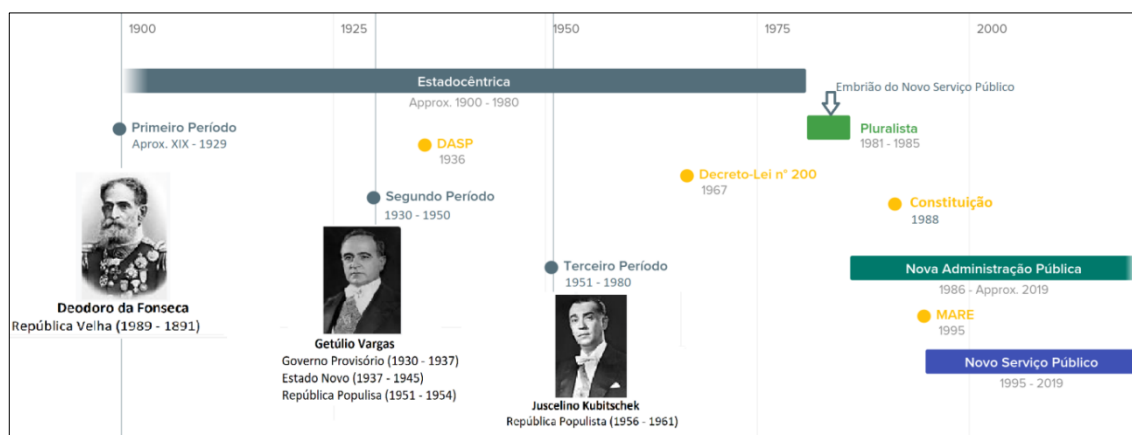


Figura 1. Linha temporal das correntes da Administração Pública

Fonte: elaborado pelas autoras.

A figura 1 contempla uma linha temporal das correntes da Administração Pública brasileira. Primeiramente, a corrente Estadocêntrica é a mais influente no campo de Administração Pública do Brasil e correlaciona-se com o paradigma funcionalista. Corresponde ao período compreendido entre o final do século XIX até os anos 1980, dividindo-se em três momentos. O primeiro período inicia-se antes do surgimento da disciplina no país e estende-se até o final dos anos 1920, compreendendo a República Velha (1889 – 1930), em que as questões referentes à área estavam principalmente atreladas às ciências jurídicas, como o Direito Administrativo (ANDION, 2012; ABREU; HELOU; FIALHO, 2013). No plano econômico, o regime político nacional caracterizava-se por um Estado Liberal durante o século XIX, com a transição para o Estado Desenvolvimentista, no século XX, pós-Segunda Guerra Mundial (BRESSER-PEREIRA, 2010).

O segundo período, compreende os anos de 1930 a 1950, momento em que surge a disciplina de Administração Pública no Brasil (ANDION, 2012). Historicamente, engloba a instauração do Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas (1937 - 1945), e a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1936, principal agente de sua difusão e considerado como a primeira reforma da administração pública no país (BRESSER-PEREIRA, 1996). O objetivo formal desse período era a estruturação de uma administração pública meritocrática e profissionalizada. Destaca-se a influência da administração científica de Taylor e da teoria da burocracia de Weber, também denominada *progressive public administration* na literatura inglesa, no qual há uma inicial indução de técnicas



mercadológicas para o contexto público. Existe também influência da literatura norte americana no campo acadêmico (ANDION, 2012; SECCHI, 2009).

Num terceiro momento, a partir dos anos 1950 até o início dos anos 1980, a disciplina de Administração Pública consolida-se no país e também ocorre sua internacionalização, com a ampliação da cooperação, especialmente com os EUA. É criada a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), em 1952, sob as orientações da ONU. O Estado amplia-se como promotor do desenvolvimento nacional, assumindo um regime político Desenvolvimentista, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 - 1961), com destaque para quatro setores-chave: energia, transporte, indústria pesada e alimentação (BRESSER-PEREIRA, 2010; COSTA, 2008), com viés tecnicista. Contempla também o início da ditadura militar no país (1964 – 1985), com o Estado assumindo um caráter autoritário. No campo acadêmico, percebem-se duas principais visões, uma pragmática e experimental, e outra, pautada em estudos humanistas e críticos (ANDION, 2012).

Por sua vez, a corrente Pluralista predominou nos anos 1980, englobando a redemocratização, ocorrida em 1985. Correlaciona-se com o paradigma do estruturalismo radical e humanismo radical e percebe a Administração Pública como Ciência Política, haja vista interesse renovado pelo diálogo entre ambos os campos. Estudos passam a se preocupar com a participação dos atores sociais na definição das agendas políticas e na ampliação do controle social (ANDION, 2012). No âmbito da redemocratização, Abrucio (2007) salienta que era preciso conter os erros históricos da administração pública brasileira, muitos deles advindos do regime militar, e propor soluções que dessem conta do novo momento histórico, que exigia uma atualização da gestão pública. Para Paes de Paula (2005), a principal contribuição dessa corrente foi trazer à tona a importância da sociedade civil no fazer político, com ênfase à visão crítica no contexto da administração pública brasileira, tornando-a mais flexível à participação popular.

Em contrapartida ao movimento nacionalista, inicia-se no contexto internacional, a partir dos anos 1970, uma onda ideológica liberal radical – o neoliberalismo. O Estado Social, nos países desenvolvidos, e o Estado Desenvolvimentista, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil, percebem pressões do neoliberalismo para promover a diminuição do aparelho do estado e as suas funções sociais, com intuito de retornar ao Estado Liberal do século XIX (BRESSER-PEREIRA, 2010). Esta ofensiva neoliberal reproduzia a clássica luta de classes, sendo a capitalista ou burguesia, de um lado, e a classe profissional ou tecnoburocrática, de outro. Em meio a essa onda, surgiu na Grã-Bretanha, nos anos 1980, a Reforma Gerencial do Estado, também denominada Reforma da Gestão Pública – a segunda grande reforma do aparelho do Estado moderno (BRESSER-PEREIRA, 2010).

É nesse momento que surge a Nova Administração Pública (NAP), entendida como a ciência do gerenciamento, com gênese na Grã-Bretanha por volta de 1980 (BRESSER-PEREIRA, 2010; CAPOBINGO, 2012; ESMARK, 2016), correlacionando-se com o paradigma funcionalista. Este movimento caracteriza-se por um modelo normativo formado por abordagens teóricas que se complementam, o que possibilita, a partir de princípios advindos do mercado, uma nova visão da esfera pública e seu funcionamento (ABREU; HELOU; FIALHO, 2013). Na NAP, as reformas visam reestruturar o Estado, ao substituir o modelo burocrático por um modelo gerencial baseado em competição e com foco em resultados (ANDION, 2012). Bresser-Pereira é expoente desta corrente da Administração pública no Brasil, durante o período em que foi Ministro de Administração Federal e Reforma do Estado, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1992 - 1999). Ele propunha o Estado Democrático Social-Liberal, que permaneceria responsável pela proteção dos direitos sociais, entretanto deixava gradualmente de exercer diretamente as funções de educação, saúde e assistência social, publicizando-as para organizações públicas não-estatais (BRESSER-PEREIRA, 1998, 2002).



Já a proposta do Novo Serviço Público (NSP) surge como um contraponto às correntes Estadocêntrica e da Nova Administração Pública. Correlaciona-se com o paradigma interpretativista de Burrell e Morgan (1979), com natureza subjetiva da ciência e realidade social pautada na regulação. No Brasil, a corrente NSP é recente e se dá, sobretudo, a partir dos anos 1995 (ANDION, 2012). Constitui-se um novo modelo de gestão que tem por base as teorias democráticas e da cidadania; os modelos de comunidade e da sociedade civil; além do humanismo organizacional e da teoria do discurso (ANDION, 2012). É a partir desta corrente que surge a Administração Pública Societal (APS) (CAPOBIANGO et al, 2012). Paes de Paula (2005) afirma que a origem da vertente APS está ligada à tradição mobilizatória brasileira, que alcançou o seu início na década de 1960 e ápice na década de 1980. Essa vertente propõe um novo modelo de gestão pública, opondo-se ao estilo burocrático de gestão e buscando uma ampliação da democracia por meio de uma maior inserção e participação da sociedade organizada na administração pública (CAPOBIANGO et al, 2012). Nesta corrente, o cidadão é visto como parceiro do Governo.

No contexto internacional, Dunleavy et al. (2005) propõem a *Digital Era-Governance* (DEG), ou Era da Governança Digital, na qual a Administração Pública deixa de ser centrada na agência e passa a ter os cidadãos como centro de suas atividades. A proposta da DEG está fortemente ligada à Tecnologia da Informação e traz a perspectiva de coprodução do governo com a sociedade e reintegração das agências públicas, opondo-se frontalmente à descentralização proposta pela NAP. O autor argumenta que os elementos-chave da DEG são reintegração, holismo baseado nas necessidades e processos digitais. Perfazendo um contraponto à Dunleavy et al. (2005), Esmark (2016) argumenta que a DEG está infamemente ligada à morte da NAP. Para o autor, trata-se de uma transição para o pós-NAP, ampliando a preocupação com a criação de redes, ao invés de quase mercados.

Andion (2012) resume as correntes Estadocêntrica, Pluralista, NAP e NSP, correlacionando-os com os paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979), conforme se verifica na figura 2.

SOCIOLOGIA DA MUDANÇA RADICAL		
S U B J E T I V I D A D E	PARADIGMA DO HUMANISMO RADICAL Ênfase na mobilização da sociedade civil e na sua atuação enquanto sujeito de mudança social. CORRENTE PLURALISTA (ESTUDOS CRÍTICOS E HUMANISTAS) - Teorias sobre os Novos Movimentos Sociais - Teorias da Democracia Participativa - Teorias críticas na administração pública	PARADIGMA DO ESTRUTURALISMO RADICAL Ênfase nas relações entre Estado e Sociedade. Estado como espaço de luta entre as classes sociais. CORRENTE PLURALISTA (ESTUDOS MARXISTAS E NEOMARXISTAS) - Teorias dos Movimentos Sociais - Teorias sobre o Estado Capitalista
	PARADIGMA INTERPRETATIVO Ênfase na compreensão da realidade da administração pública, considerando a subjetividade da política (importância dos valores). CORRENTE DO NOVO SERVIÇO PÚBLICO - Teorias da coprodução dos serviços públicos - Teorias da participação comunitária e da sociedade civil - Teorias críticas, humanistas e do discurso - Novas teorias do desenvolvimento (territorial e sustentável)	PARADIGMA FUNCIONALISTA Ênfase na concepção de leis universais que permitam explicar o funcionamento da administração pública e o comportamento dos atores políticos, com vistas a promover ordem e equilíbrio (regularidades). CORRENTE ESTADOCÊNTRICA - Teoria da administração científica - Teoria da burocracia - <i>Progressive Public Administration</i> - Teorias comportamentais - Teorias de sistemas CORRENTE DA NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Teoria das escolhas públicas - Teoria da agência - Neo-institucionalismo das escolhas racionais - Neo-institucionalismo econômico - Gerencialismo e Neo-gerencialismo - Teoria da Boa Governança
SOCIOLOGIA DA REGULAÇÃO		

Figura 2. Paradigmas, correntes e teorias no campo dos estudos da administração pública brasileira.

Fonte: Andion (2012)



Ao analisar a figura 2, percebe-se que as correntes Estadocêntrica e NAP, majoritárias na Administração Pública brasileira, articulam-se com o paradigma funcionalista. Por sua vez, a corrente Pluralista, com o estruturalismo radical e humanismo radical, por fim, a corrente NSP articula-se com o paradigma interpretativista.

Epistemologicamente, ao analisar as correntes da Administração no Brasil, Guerreiro-Ramos (1989) já salientava que o paradigma funcionalista é predominante e estimula uma visão objetivista no campo, com pouco espaço para a historicidade, o conflito e a subjetividade dos atores políticos. Os cidadãos são interpretados na maioria dos casos como homens organizacionais, cujo papel é de adaptação às regras do sistema, ou como homens econômicos que visam majoritariamente à maximização de seus ganhos.

As correntes dominantes da Administração Pública enfrentam algumas críticas. Raasdschelders (1999) afirma que a disciplina enfrenta fraquezas teóricas e metodológicas, haja vista controvérsia sobre seu *status* epistemológico, a busca sem fôlego de modas no estudo e na prática, ênfase na prática às custas da academia, falta de responsividade às necessidades dos atores na prática, necessidade de novas bases em governança, constitucionalismo e na filosofia pragmática. Abreu, Helou e Fialho (2013), por seu turno, argumentam que o NSP surge como uma crítica à teoria dominante da Administração Pública, considerada um modelo racional de Administração que tem ao menos três limitações importantes: a) baseia-se em uma visão estreita e restritiva da razão humana; b) suporta-se em um entendimento incompleto da aquisição do conhecimento; e c) impede uma conexão entre teoria e prática de maneira adequada.

2.2. Análise das Correntes da Administração Pública à Luz das Matrizes Epistêmicas

O debate paradigmático tem sido ressignificado por Paes de Paula (2016), ao propor o Círculo das Matrizes Epistêmicas, no intuito de sustentar uma nova lógica de pensamento dos estudos organizacionais e superar a proposição de Burrell e Morgan (1979). A autora propõe um círculo dividido em três partes iguais, guiados pelos interesses cognitivos discutidos por Jürgen Habermas, no qual estão contidas as matrizes “empírico-analítica (interesse técnico), a matriz hermenêutica (interesse prático) e a matriz crítica (interesse emancipatório)”, conforme figura 3 (PAES DE PAULA, 2016, p. 25).

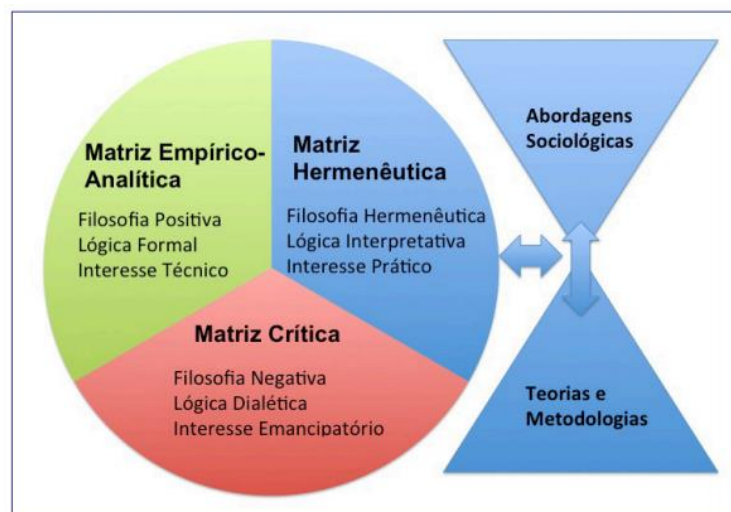


Figura 3. Círculo das Matrizes Epistêmicas, abordagens sociológicas, teorias e metodologias.

Fonte: Paes de Paula (2016).



A autora afirma que o conhecimento nas ciências sociais e nos estudos organizacionais não se desenvolve devido a rivalidades paradigmáticas, incomensurabilidades e revoluções científicas, como proposto na lógica Kuhniana e operacionalizado por Burrell e Morgan (1979), mas porque “na investigação de fenômenos sociais, ocorrem incompletudes cognitivas que levam os pesquisadores a buscarem outras teorias, metodologias, abordagens sociológicas, ou mesmo outras matrizes epistêmicas” (PAES DE PAULA, 2016, p. 38).

Dessa forma, no lugar dos paradigmas, propõem-se matrizes epistêmicas; ao invés de incomensurabilidades, ocorrem incompletudes cognitivas e as revoluções científicas são substituídas por reconstruções epistêmicas. A autora discorre sobre a proposição do círculo:

A proposição de um Círculo de Matrizes Epistêmicas pactua com um pensamento orgânico, que possibilita o movimento na construção do conhecimento, reforçando a ideia de flexibilidade e agregando, de forma natural, o potencial ilimitado do conhecimento humano em uma totalidade. Partindo de elementos epistêmicos que concatenam os tipos de filosofia e lógica, bem como os interesses cognitivos habermasianos, que constituem as três matrizes (PAES DE PAULA, 2016, p. 36).

O Círculo de Matrizes Epistêmicas é formado por três matrizes: Empírico-Analítica, Hermenêutica e Crítica. A matriz Empírico-Analítica caracteriza-se por três elementos: o alinhamento com a filosofia positiva, o uso da lógica formal e a preferência pelo interesse técnico. Por sua vez, a matriz Hermenêutica caracteriza-se pelo alinhamento com a filosofia hermenêutica, pelo uso da lógica interpretativa e pela preferência pelo interesse prático. Já a matriz Crítica caracteriza-se pelo alinhamento com a filosofia negativa, pelo uso da lógica dialética e pela preferência pelo interesse emancipatório (PAES DE PAULA, 2016).

Para Paes de Paula (2016), algumas abordagens sociológicas são puras, pois se identificam com uma única matriz epistêmica e tendem a permanecer estacionárias. É o caso das abordagens funcionalista, interpretativista e humanista. No entanto, algumas abordagens sociológicas são híbridas, uma vez que articulam elementos de mais de uma matriz epistêmica e contemplam mais de um interesse cognitivo, sendo geradas a partir de reconstruções epistêmicas avançadas: é o caso da estruturalista (matriz empírico-analítica e matriz hermenêutica), da pós-estruturalista (matriz hermenêutica e matriz crítica) e da realista crítica (matriz empírico-analítica, matriz hermenêutica e matriz crítica).

Ao analisar as correntes da Administração Pública em relação ao Círculo de Matrizes Epistêmicas, verifica-se que as correntes Estadocêntrica e Nova Administração Pública apresentam abordagem funcionalista, alinhadas com a matriz Empírico-Analítica, haja vista que o objetivo formal da primeira era a estruturação de uma administração pública meritocrática e profissionalizada, e da segunda, elaboração de um modelo gerencial baseado em competição e com foco em resultados (ANDION, 2012). Ambas correntes caracterizam-se por abordagens sociológicas puras realizando reconstruções epistêmicas embrionárias, ao caminhar para a fronteira entre as demais matrizes epistêmicas.

A corrente do Novo Serviço Público (NSP), por sua vez, caracteriza-se por uma abordagem interpretativista que circula a matriz Hermenêutica. Paes de Paula (2016) afirma que esta abordagem é pura, apesar de realizar crítica afirmando que nem todas as teorias e metodologias geradas são capazes de alcançar a hermenêutica propriamente dita e o interesse prático. Como sabido, esta corrente possui “ênfase na compreensão da realidade da administração pública, considerando a subjetividade da política (importância dos valores)” (ANDION, 2012, p. 14), demonstrando interesse prático.

Já a corrente Pluralista, ao orbitar em torno de duas abordagens sociológicas, a Humanista e a Estruturalista, caracteriza-se por ser uma Reconstrução Epistêmica Avançada, com diálogo entre as matrizes epistêmicas Crítica, Empírico-Analítica e Hermenêutica. No que se refere à abordagem humanista (pura), alinhando-se à matriz crítica, possui ênfase na mobilização da sociedade civil e na sua atuação enquanto sujeito de mudança social (ANDION, 2012). Quanto ao seu alinhamento com a abordagem Estruturalista, considerada



uma abordagem sociológica híbrida por Paes de Paula (2016), possui ênfase nas relações entre Estado e Sociedade como espaço de luta entre as classes sociais (ABREU; HELOU; FIALHO, 2013; ANDION, 2012), na qual se encontra orbitando entre as matrizes epistêmicas Empírico-Analítica e Hermenêutica.

Por seu turno, a *Digital Era-Governance* (DEG) desenvolve-se na Administração Pública como pós-NAP (Esmark, 2016). Percebe-se o interesse dessa corrente na prestação de serviços eficientes à sociedade, com apoio das Tecnologias de Informação e Comunicação e, concomitantemente, a necessidade da participação ativa dos usuários na formulação e acompanhamento de políticas públicas junto ao governo. Dessa forma, esta corrente apresenta interesse técnico e prático, correlacionando-se com as abordagens funcionalista e interpretativista. No círculo de matrizes epistêmicas, a DEG encontra-se orbitando nas matrizes Empírico-Analítica e Hermenêutica, contemplando uma abordagem sociológica híbrida. A figura 4 resume a análise epistemológica e demonstra a relação entre as Matrizes Epistêmicas e as Correntes da Administração Pública.

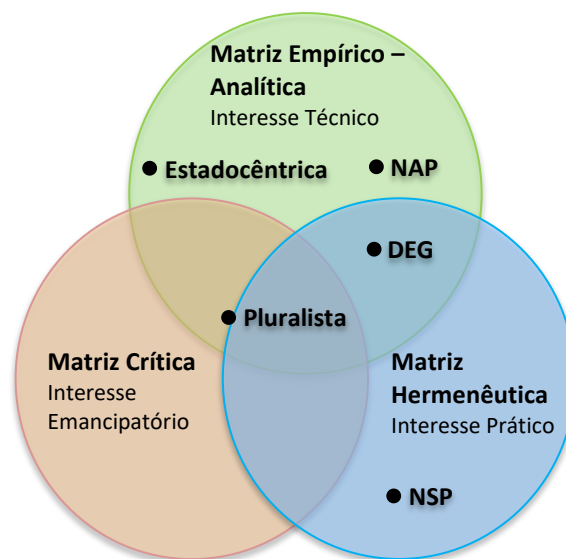


Figura 4. Relação entre Matrizes Epistêmicas e Correntes da Administração Pública

Fonte: Elaborado pelas autoras.

3. Considerações Finais

O presente trabalho buscou contribuir com o desenvolvimento do campo da Administração Pública, ao realizar um estudo epistemológico das principais correntes do campo, atualizando-as com o Círculo das Matrizes Epistêmicas proposto por Paes de Paula (2016), com a proposta de pacificação na guerra paradigmática entre estudiosos da área.

Confirma-se que a abordagem funcionalista é majoritária no campo, fazendo-se presente nas correntes Estadocêntrica e Nova Administração Pública. No entanto, abordagens mais recentes, como o Novo Serviço Público (matriz hermenêutica) e *Digital Era-Governance* (matriz empírico-analítica e hermenêutica), trazem à tona oportunidades de desenvolvimentos metodológicos, ao enfatizar o protagonismo da sociedade na definição de políticas públicas junto ao Governo. A corrente Pluralista, por seu turno, apresenta reconstruções epistêmicas avançadas, podendo contribuir para um diálogo entre interesses técnico, prático e emancipatório na Administração Pública.

Sugere-se que novas correntes podem ser delineadas, no sentido de haver maior fluxo de diálogo entre matrizes epistêmicas e seus interesses. A busca do cientista social e do estudioso das organizações deveria ser, dentro do seu domínio de atuação, ampliar seus horizontes de conhecimento, realizando trabalhos que procurem abranger os três tipos de



interesse, mas sempre ciente de suas limitações cognitivas e das limitações impostas pelo domínio do real (PAES DE PAULA, 2016).

Por fim, o reconhecimento entre as diversas abordagens sociológicas nas correntes da Administração Pública traz a possibilidade de desenvolver em termos científicos essa disciplina, além de reforçar cientificamente e construir identidade própria da Administração Pública Brasileira. É nesse espaço, que se propõe à Administração Pública, a utilização do círculo das matrizes epistêmicas, de forma a melhor captar os interesses difusos da população interessada na prestação de serviços públicos de qualidade, levando-se em consideração que a lógica racional instrumental é insuficiente para explicar os fenômenos da realidade mesmo que necessária para a racionalização dos bens e interesses públicos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. C. D.; HELOU, A. R. H. A.; FIALHO, F. A. P. Possibilidades epistemológicas para a ampliação da Teoria da Administração Pública: uma análise a partir do conceito do Novo Serviço Público. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.608, artigo 7, dez. 2013.
- ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, Edição Especial Comemorativa, p. 67-68, 2007.
- ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 1-19, mar. 2012.
- BRESSER-PEREIRA; L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, jan./abr, 1996.
- _____. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 1, jan./mar, 1998.
- _____. Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina, no entanto... **Revista do Serviço Público**, v. 53, n. 1, jan./mar, 2002.
- _____. Democracia, Estado social e reforma gerencial. **Revista de administração de Empresas**, v. 50, n.1, jan/mar, 2010.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis. Elements of the Sociology of Corporate Life**. Vermont: Ashgate, 1979. 432 p.
- CAPOGIANGO, R. P.; NASCIMENTO, A. de L. do; SILVA, E. A.; FARONI, W. Reformas administrativas no Brasil: uma abordagem teórica e crítica. **Revista de Gestão**, v. 20, n. 1, p. 61-78, jan./mar. 2013.
- COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, set./out. 2008.
- DUNLEAVY, P.; MARGETTS, H.; BASTOW, S.; TINKLER, J. New Public Management is dead—long live Digital-Era Governance. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 16, p. 467 – 494, 2005.
- ESMARK, A. Maybe it is time to rediscover technocracy? an old framework for a new analysis of administrative reforms in the governance era. **Journal of Public Administration Research And Theory**, p. 1 – 16, out. 2016.
- GUERREIRO-RAMOS, A.A **Nova Ciência das Organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1989
- KEINERT, T. M. M. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-1992). **Rev. Adm. Pública**, v. 34, n. 3, p.41-48, 1994.
- _____. **Administração Pública no Brasil: crise e mudanças de paradigma**. Annablume: FAPESP, 2000.
- MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa**. 1a edição. São Paulo: Editora Casa Psi,. 2007, 368p.



PAULA, A. P. P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n 1, Rio de Janeiro: jan./mar. 2016.

_____. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, jan./mar. 2005.

RAADSCHELDERS, J. C. N. A Coherent Framework for the Study of Public Administration. **Journal of Public Administration Research And Theory**, p. 281 – 303, 1999.

SECHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, mar./abr. 2009.